

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MARICÁ - RJ**

Processo: 0003559-71.2017.8.19.0031

Ação: Embargos à Execução

Embte: H.R. Comércio e Indústria de Pescados Ltda e outros

Embo: Banco Bradesco S/A.

RÔMULO DE MENDONÇA MARTINS, ECONOMISTA,
inscrito no Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro sob o
nº 22.217-8, Perito Judicial nomeado nos autos da Ação acima referida, vem,
respeitosamente:

- 1) APRESENTAR O LAUDO PERICIAL,** com 12 (doze) folhas e 02 (duas) tabelas.
- 2) REQUERER A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PAGAMENTO** de seus honorários profissionais, pelo valor da conta judicial nº 700123375423, conforme fls. 222, 225, 237, 244 e 249, com os acréscimos legais, tudo conforme determina o parágrafo segundo do artigo 95 do CPC.

N. Termos.

P. Juntada e Deferimento.

assinado digitalmente em 11 de agosto de 2020 por

RÔMULO DE MENDONÇA MARTINS
PERITO DO JUÍZO
CORECON-RJ 22.217
CPF 982-028.127-04

LAUDO PERICIAL

Processo: 0003559-71.2017.8.19.0031

Ação: Embargos à Execução

Embte: H.R. Comércio e Indústria de
Pescados Ltda.

Embdo: Banco Bradesco S/A.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Ação de Embargos à Execução, através da qual em síntese o Embargante afirma que a Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta pelo Embargado, cujo quantum debeatur perfaz um total de R\$ 373.963,99 (trezentos e setenta e três mil novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), acrescidos de juros, IOF, atualização monetária, juros e multa. Aduz que, dita pretensão, é absurda, pois a planilha trazida aos autos foi emitida unilateralmente pelo Embargado, não podendo ser caracterizado como prova escrita, posto que não traz qualquer assinatura dos Embargantes, a duas porque mesmo que remotamente os Embargos venham a ser julgados improcedentes, a atualização do débito não condiz com a legislação pertinente, pois revela prática de anatocismo, bem como não está claro e demonstrado de forma concisa quais taxas contratadas estão sendo respeitadas. Afirma que o Embargado não demonstra como apurou o valor inicial informado na planilha de fls. 15/17, tendo em vista inicialmente que o valor real do crédito fornecido pelo Exequente era de R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais), com o pagamento de algumas parcelas, a nota promissória é em valor exorbitante, superior ao valor da dívida, e o valor ora executado é de R\$ 373.963,99 (trezentos e setenta e três mil novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), não justificando o Embargado o valor ora apresentado, não sendo discriminado o percentual de juros moratórios e remuneratórios incidentes sobre o valor utilizado e não discrimina quais encargos são cobrados. Como o Embargado não anexou aos autos os extratos que comprovam o valor utilizado, bem como os encargos incidentes e não informou o percentual dos juros remuneratórios e moratórios restou impossível informar o valor que entende por excesso de execução, bem como de apresentar demonstrativo atualizado e discriminado do cálculo, conforme determina o artigo 917, §3º do CPC. Diante do exposto, requer sejam julgados procedentes os presentes Embargos à Execução, com base nos argumentos acima esposados, com a consequente

condenação do Embargado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes na razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, por se tratar da mais lúdima e salutar forma de JUSTIÇA.

1.2. Impugnação, às fls. 123/134, através da qual, em resumo o Embargado afirma que os Embargos opostos contem argumentos relativos a suposto excesso de execução. Contudo, a parte Embargante em nenhum momento especificou fundamentadamente o valor que entende devido. Ao contrário, alega em sua exordial que os desmandos do Credor tornaram impraticável o pagamento das prestações, mas, as prestações eram fixas, sabia exatamente a parte Embargante o quanto emprestou e o quanto deveria devolver. Por outro lado, o valor foi majorado em virtude da mora em que residira o próprio devedor. Sendo assim, não há o que se falar em excesso de execução para o caso em tela, os argumentos do Embargante devem ser julgados totalmente improcedentes. Alega a parte Embargante serem abusivos os juros aplicados no contrato objeto da relação jurídica, afirmando violação às regras jurídicas pertinentes. Quanto à taxa de juros incidente, não há limitação legal, valendo a regra da média do mercado. Outrossim, o Embargante teve total conhecimento das taxas cobradas quando da contratação do empréstimo, razão pela qual não há que se falar em revisão das cláusulas contratuais ou das taxas de juros cobradas sob o argumento de abusividade. O que ocorre é que o mesmo deixou de adimplir com sua dívida há considerável tempo e não buscou alternativa a fim de contornar seu inadimplemento. Os juros pactuados e incidentes, contra os quais se rebelam, estão em conformidade com o ajustado entre as partes e teve como fato gerador única exclusivamente o inadimplemento injustificado do contrato. Se as condições do contrato mostram-se “abusivas”, não deveria o Embargante a elas ter anuído, mas se anuiu, não podem agora contestá-las, pois manifestou à época vontade livre e desembaraçada. O Exequente demonstrou a inadimplência do Embargante, fato que ensejou o ajuizamento da Ação de Execução, cujo fato foi justamente a mora absoluta

quanto às parcelas não quitadas. Sendo assim, não prospera tal alegação, razão pela qual requer que seja rechaçada. Ora Exa., os valores pretendidos na execução hostilizada foram alcançados aplicando-se os índices livremente pactuados e seguindo todas as prescrições legais, não havendo, portanto, que se cogitar no caso em análise em excesso de execução. Do exposto, requer o Banco Embargado a total improcedência dos pedidos formulados nos embargos executórios.

1.3. Decisão do Juízo, às fls. 161, quando foi deferida a prova pericial e nomeado o Perito do Juízo.

1.4. O Juízo apresentou quesitos, às fls. 162/163.

1.5. O Embargante não apresentou quesitos e não indicou Assistente Técnico.

1.6. O Embargado não apresentou quesitos e não indicou Assistente Técnico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O entendimento do signatário é que a principal função do perito do juízo é fornecer ao Magistrado todos os elementos esclarecedores das questões controvertidas encontradas nos autos processuais, proporcionando ao juízo subsídios para poder pronunciar-se de forma precisa.

Seguindo esse caminho, apresentamos as respostas aos quesitos, sempre buscando nos isentarmos do entendimento da aplicabilidade das normas legais, por considerarmos que estas tratam de mérito exclusivamente do juízo, o que implica na abstração das indagações pertinentes à interpretação das leis.

3. QUESITOS DO JUÍZO (fls. 162/163)

3.1. Os juros praticados no contrato se encontram acima dos valores praticados pelo mercado, levando em consideração os dados disponibilizados pelo Banco Central?

Resposta: As partes firmaram em 18/03/2016, Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras avenças nº 10068064, às fls. 7/14, dos autos de Execução, que engloba o débito de vários contratos totalizando o valor de R\$ 349.171,11 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e um reais e onze centavos).

Conforme a Cláusula 2A do referido contrato, foi aplicado um desconto condicionado ao pontual pagamento do contrato, no valor de R\$ 17.171,11 (dezessete mil, cento e setenta e um reais e onze centavos). Assim, o valor renegociado passou a ser de R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais), onde foi realizado o financiamento com os seguintes valores:

Valor Parcelado	(PV)	R\$ 332.000,00
Prazo do financiamento	(N)	60 meses
Taxa de juros nominal	(i)	1,50% a.m.
Valor da Prestação	(PMT)	R\$ 8.601,64

Segundo a fórmula: $PMT = PV \times \{ [i \times (1 + i) n] / [(1 + i) n - 1] \}$

Informamos que a taxa de juros cobrados no financiamento firmado entre as partes no percentual de 1,50% (um por cento e cinquenta centésimos) ao mês, está abaixo da média de mercado para operações da mesma espécie divulgada pelo Banco Central no percentual de 2,51% (dois por cento e cinquenta e um centésimo) ao mês.

3.2. Mesmo com as prestações sendo fixas é possível identificar capitalização dos juros?

Resposta: Pelas características do contrato, inferimos que o mesmo é apurado segundo a metodologia do Sistema Francês de Amortização, pois os valores das prestações foram obtidos segundo este método.

Podemos afirmar que pelo sistema de amortização da Tabela Price a parcela de juros é obtida multiplicando-se a taxa de juros pelo saldo devedor existente no período imediatamente anterior; a parcela de amortização é determinada pela diferença entre o valor da prestação e o valor da parcela de juros. Desta forma, o valor da parcela de juros referente à primeira de uma série de pagamentos mensais é igual à taxa mensal multiplicado pelo valor do capital emprestado ou financiado, que é o saldo devedor inicial.

Assim, nos financiamentos amortizados pela Tabela Price a capitalização de juros somente se configura quando ocorre a amortização negativa, isto é, o valor da prestação paga é insuficiente para quitar a totalidade dos juros, que é incorporado ao saldo devedor, sendo que este estará sujeito à nova incidência de juros no período subsequente. Resta claro que a capitalização de juros, ou anatocismo, ocorre não pela escolha da Tabela Price como sistema de amortização, mas sim em decorrência exclusiva da amortização negativa.

O Art. 354 do Código Civil dispõe: “havendo capital e juros o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e, depois, no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar quitação por conta do capital”.

Elaboramos a Tabela I, anexa, com a evolução financeira do contrato firmado entre as partes, onde não verificamos o fenômeno da amortização negativa, visto que em todos os meses o valor da prestação é superior ao dos juros, não havendo, portanto, a capitalização de juros.

Desta forma, resta demonstrado que a metodologia de cálculo utilizada para apurar as prestações do financiamento não acarreta na incidência de capitalização de juros.

a) Caso positivo como se deu a capitalização dos juros e se esta fugiu dos valores de mercado?

Resposta: Reportamo-nos ao informado no quesito 3.2 acima, onde resta demonstrado que a metodologia de cálculo utilizada não acarreta na incidência de capitalização de juros.

b) Caso positivo, quanto à capitalização dos juros, com que periodicidade a capitalização ocorre? Está a mesma prevista no contrato, prestando para tanto a mera indicação de taxa mensal e taxa anual de juros praticado e de que esta última seja superior ao duodécuplo daquela.

Resposta: Reportamo-nos ao informado no quesito 3.2 acima, onde resta demonstrado que a metodologia de cálculo utilizada não acarreta na incidência de capitalização de juros.

3.3. É possível, de acordo com os parâmetros de mercado, identificar abusividade na taxa de juros aplicada no contrato em análise? Caso positivo, a abusividade colocou o consumidor em desvantagem exagerada levando em consideração a média do mercado?

Resposta: Informamos que a taxa de juros cobrados no financiamento firmado entre as partes no percentual de 1,50% (um por cento e cinquenta centésimos) ao mês, está abaixo da média de mercado para operações da mesma espécie divulgada pelo Banco Central no percentual de 2,51% (dois por cento e cinquenta e um centésimo) ao mês.

3.4. Identificada a abusividade mencionada no item 3 deverá o Perito realizar o cálculo utilizando a taxa média praticada pelo mercado e assim verificar quanto resta ao autor a pagar ou identificar se resta ao mesmo alguma restituição, ante o que já foi pago. Neste caso, tendo em vista o disposto na MP 2170-36/01, e as reiteradas decisões do STJ que permitem a capitalização mensal, o cálculo deverá ser elaborado, levando em consideração a taxa média de mercado e a capitalização mensal, segundo a taxa média apurada.

Resposta: Prejudicado, tendo em vista que a taxa de juros cobrados no financiamento firmado entre as partes no percentual de 1,50% (um por cento e cinquenta centésimos) ao mês, é menor que à média de mercado para operações da mesma espécie divulgada pelo Banco Central no percentual de 2,51% (dois por cento e cinquenta e um centésimos) ao mês.

3.5. É possível identificar no contrato e na cobrança realizada cumulação de comissão de permanência, com juros remuneratórios e com correção monetária? Foi cobrada comissão de permanência?

Resposta: Não. No valor do débito apurado na data da Execução foi utilizado multa de 2%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pela TR.

A Cláusula 6 do contrato firmado entre as partes, descrita abaixo, trata dos encargos moratórios:

6. Caso o Credor concorde em receber quaisquer quantias em atraso, o fato será havido como mera tolerância, não importando em novação ou alteração do presente contrato e serão essas quantias acrescidas dos encargos mencionados no item "2C.4" da Cláusula 2, juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do vencimento até o efetivo pagamento sobre o principal devidamente atualizado, além de multa de 2% (dois por cento) sobre o total do débito."

Informamos que os encargos pactuados no item "2C.4 são juros remuneratórios de 1,50% ao mês, não há previsão de atualização monetária pela TR.

Assim, realizamos o recálculo do financiamento onde apuramos que na data da execução, 03/10/2016, o valor do saldo devedor seria de R\$ 321.742,63 (trezentos e vinte e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), conforme o quadro a seguir:

Vencimento	Prestação nº	Prestação Amort + Juros	Juros	Amortização	Saldo Devedor Atualizado
18/03/16	0	8.601,64			332.000,00
16/04/16	0	8.601,64	4.814,48		336.814,48
16/05/16	1	8.601,64	5.052,72	3.548,92	333.265,56
16/06/16	2	8.601,64	5.166,13	3.435,51	329.830,06
16/07/16	3	8.601,64	4.947,95	3.653,69	326.176,36
16/08/16	4	8.601,64	5.056,24	3.545,40	322.630,96
16/09/16	5	8.601,64	5.001,28	3.600,36	319.030,60
03/10/16	6	8.601,64	2.712,03	0,00	321.742,63

Atualizamos as prestações em aberto para a data da execução utilizando as seguintes verbas contratuais: Multa de 2%, Juros de Mora de 1% ao mês e juros remuneratórios de 1,50% ao mês, onde apuramos o total de R\$ 46.685,40 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme a Tabela II, anexa.

Assim, o total do débito do contrato na data da execução seria de R\$ 368.428,03 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e três centavos).

Tendo em vista o valor cobrado pelo Banco Embargado, no valor de R\$ 373.963,99 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), informamos que existe um excesso na execução de R\$ 5.535,96 (cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).

3.6. Esclareça o Perito como chegou a taxa média do mercado, indicando se a mesma foi feita mensalmente ou apenas no período de contratação.

Resposta: A taxa de juros de 2,51% (dois por cento e cinquenta e um centésimos) ao mês, é a média de mercado para Capital de Giro para Pessoa Jurídica divulgada pelo BACEN, no mesmo período da realização do contrato em 18/03/2016.

3.7. Qual o sistema/modelo de amortização utilizado pelo Banco? No sistema/modelo de amortização utilizado é possível identificar a cobrança de juros sobre juros? Nesse caso qual a periodicidade da cobrança dos juros sobre juros.

Resposta: Reportamo-nos ao informado no quesito 3.2 acima, onde resta demonstrado que a metodologia de cálculo utilizada não acarreta na incidência de capitalização de juros.

4. CONCLUSÃO

4.1. As partes firmaram em 18/03/2016, Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras avenças nº 10068064, às fls. 7/14, dos autos de Execução, que engloba o débito de vários contratos totalizando o valor de R\$ 349.171,11 (trezentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e um reais e onze centavos).

4.2. Conforme a Cláusula 2A do referido contrato, foi aplicado um desconto condicionado ao pontual pagamento do contrato, no valor de R\$ 17.171,11 (dezessete mil, cento e setenta e um reais e onze centavos). Assim, o valor renegociado passou a ser de R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais), onde foi realizado o financiamento com os seguintes valores:

Valor Parcelado	(PV)	R\$ 332.000,00
Prazo do financiamento	(N)	60 meses
Taxa de juros nominal	(i)	1,50% a.m.
Valor da Prestação	(PMT)	R\$ 8.601,64

Segundo a fórmula: $PMT = PV \times \{ [i \times (1 + i) n] / [(1 + i) n - 1] \}$

4.3. Conforme os dispositivos contratuais e observando o art. 354 do CC, não há capitalização de juros no financiamento firmado entre as partes.

4.4. Informamos que o Embargante não efetuou o pagamento de nenhuma prestação das 60 (sessenta) contratadas.

4.5. Elaboramos a Tabela I, anexa, com a evolução do financiamento firmado entre as partes, onde apuramos na data do cálculo da Execução, 03/10/2016, um Saldo Devedor de R\$ 321.742,63 (trezentos e vinte e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos).

4.6. Elaboramos a Tabela II, anexa, com a atualização das prestações em aberto do contrato até a data da Execução em 03/10/2016, onde apuramos um débito no valor de R\$ 46.685,40 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

4.7. Assim, o saldo devedor do contrato em 03/10/2016, seria R\$ 368.428,03 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e três centavos).

4.8. Tendo em vista o valor cobrado pelo Banco Embargado, no valor de R\$ 373.963,99 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), informamos que existe um excesso na execução de R\$ 5.535,96 (cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).

4.9. Acreditamos que a diferença encontrada tenha sido porque na Execução foi utilizado a TR para atualização monetária, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% e utilizamos as seguintes verbas contratuais: como atualização monetária a taxa pactuada de 1,50% (um por cento e cinquenta centésimos) ao mês, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2%.

Encerramos o presente LAUDO PERICIAL, esperando que o mesmo venha a contribuir para a elucidação do feito, colocando-nos à disposição para, caso seja julgado necessário, prestarmos quaisquer esclarecimentos.

assinado digitalmente em 11 de agosto de 2020 por

RÔMULO DE MENDONÇA MARTINS
PERITO DO JUÍZO
CORECON-RJ 22.217
CPF 982-028.127-04

TABELA I -Evolução Financeira do Contrato

Vencimento	Prestação nº	Prestação Amort + Juros	Juros	Amortização	Saldo Devedor Atualizado
18/03/16	0	8.601,64			332.000,00
16/04/16	0	8.601,64	4.814,48		336.814,48
16/05/16	1	8.601,64	5.052,72	3.548,92	333.265,56
16/06/16	2	8.601,64	5.166,13	3.435,51	329.830,06
16/07/16	3	8.601,64	4.947,95	3.653,69	326.176,36
16/08/16	4	8.601,64	5.056,24	3.545,40	322.630,96
16/09/16	5	8.601,64	5.001,28	3.600,36	319.030,60
03/10/16			2.712,03		321.742,63
16/10/16	6	8.601,64	4.785,94	3.815,70	315.214,90
16/11/16	7	8.601,64	4.886,32	3.715,32	311.499,58
16/12/16	8	8.601,64	4.672,96	3.928,68	307.570,90
16/01/17	9	8.601,64	4.767,83	3.833,81	303.737,09
16/02/17	10	8.601,64	4.708,40	3.893,24	299.843,84
16/03/17	11	8.601,64	4.198,23	4.403,41	295.440,43
16/04/17	12	8.601,64	4.579,78	4.021,86	291.418,58
16/05/17	13	8.601,64	4.371,72	4.229,92	287.188,65
16/06/17	14	8.601,64	4.451,87	4.149,77	283.038,88
16/07/17	15	8.601,64	4.246,01	4.355,63	278.683,25
16/08/17	16	8.601,64	4.320,02	4.281,62	274.401,63
16/09/17	17	8.601,64	4.253,65	4.347,99	270.053,64
16/10/17	18	8.601,64	4.051,21	4.550,43	265.503,21
16/11/17	19	8.601,64	4.115,71	4.485,93	261.017,29
16/12/17	20	8.601,64	3.915,65	4.685,99	256.331,30
16/01/18	21	8.601,64	3.973,53	4.628,11	251.703,19
16/02/18	22	8.601,64	3.901,79	4.699,85	247.003,34
16/03/18	23	8.601,64	3.458,39	5.143,25	241.860,09
16/04/18	24	8.601,64	3.749,21	4.852,43	237.007,66
16/05/18	25	8.601,64	3.555,47	5.046,17	231.961,49
16/06/18	26	8.601,64	3.595,76	5.005,88	226.955,61
16/07/18	27	8.601,64	3.404,67	5.196,97	221.758,65
16/08/18	28	8.601,64	3.437,60	5.164,04	216.594,61
16/09/18	29	8.601,64	3.357,55	5.244,09	211.350,52
16/10/18	30	8.601,64	3.170,57	5.431,07	205.919,45
16/11/18	31	8.601,64	3.192,07	5.409,57	200.509,89
16/12/18	32	8.601,64	3.007,95	5.593,69	194.916,19
16/01/19	33	8.601,64	3.021,50	5.580,14	189.336,06
16/02/19	34	8.601,64	2.935,00	5.666,64	183.669,42
16/03/19	35	8.601,64	2.571,63	6.030,01	177.639,41
16/04/19	36	8.601,64	2.753,69	5.847,95	171.791,46
16/05/19	37	8.601,64	2.577,13	6.024,51	165.766,94
16/06/19	38	8.601,64	2.569,64	6.032,00	159.734,95
16/07/19	39	8.601,64	2.396,26	6.205,38	153.529,57
16/08/19	40	8.601,64	2.379,95	6.221,69	147.307,88
16/09/19	41	8.601,64	2.283,50	6.318,14	140.989,74
16/10/19	42	8.601,64	2.115,06	6.486,58	134.503,16
16/11/19	43	8.601,64	2.085,01	6.516,63	127.986,53
16/12/19	44	8.601,64	1.919,99	6.681,65	121.304,87
16/01/20	45	8.601,64	1.880,41	6.721,23	114.583,65
16/02/20	46	8.601,64	1.776,22	6.825,42	107.758,23
16/03/20	47	8.601,64	1.562,65	7.038,99	100.719,24
16/04/20	48	8.601,64	1.561,30	7.040,34	93.678,91
16/05/20	49	8.601,64	1.405,32	7.196,32	86.482,59
16/06/20	50	8.601,64	1.340,61	7.261,03	79.221,57
16/07/20	51	8.601,64	1.188,44	7.413,20	71.808,37
16/08/20	52	8.601,64	1.113,14	7.488,50	64.319,87
16/09/20	53	8.601,64	997,06	7.604,58	56.715,29
16/10/20	54	8.601,64	850,81	7.750,83	48.964,46
16/11/20	55	8.601,64	759,03	7.842,61	41.121,85
16/12/20	56	8.601,64	616,89	7.984,75	33.137,10
16/01/21	57	8.601,64	513,68	8.087,96	25.049,13
16/02/21	58	8.601,64	388,30	8.213,34	16.835,79
16/03/21	59	8.601,64	235,72	8.365,92	8.469,88
16/04/21	60	8.601,64	131,30	8.470,34	-0,47



TABELA II -Evolução Financeira das parcelas em aberto até a data da execução

Vencimento	Prestação nº	Prestação	Data da Atualização	Dias em atraso	Multa	Juros de Mora 1% am	Juros Remuneratórios	Valor da Prestação	Valor Pago	Diferença
18/03/16	0	8.601,64								
16/04/16	0	8.601,64								
16/05/16	1	8.601,64	03/10/16	140	172,03	401,41	602,11	9.777,20	0,00	-9.777,20
16/06/16	2	8.601,64	03/10/16	109	172,03	312,53	468,79	9.554,99	0,00	-9.554,99
16/07/16	3	8.601,64	03/10/16	79	172,03	226,51	339,76	9.339,95	0,00	-9.339,95
16/08/16	4	8.601,64	03/10/16	48	172,03	137,63	206,44	9.117,74	0,00	-9.117,74
16/09/16	5	8.601,64	03/10/16	17	172,03	48,74	73,11	8.895,53	0,00	-8.895,53
TOTAL								46.685,40	0,00	-46.685,40